

Rio Norte II Energia Ltda. e controlada

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rio Norte II Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Norte II Energia Ltda. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Norte II Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de maio de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS



Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

RIO NORTE II ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	897	849	30.370	31.945	Fornecedores	12	-	-	689	1.017
Contas a receber de clientes	6	-	-	2.692	2.769	Financiamentos	13	-	-	14.713	7.209
Despesas antecipadas		-	-	374	352	Impostos a recolher		-	1	249	200
Impostos a recuperar	7	20	5	111	5	Provisão IRPJ e CSLL		-	-	439	372
Outros Créditos		-	-	89	89	Partes relacionadas	20	-	-	49	53
Total		<u>917</u>	<u>854</u>	<u>33.636</u>	<u>35.160</u>	Total		<u>-</u>	<u>1</u>	<u>16.139</u>	<u>8.851</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	-	1.096	-	Financiamentos	13	-	-	242.292	249.134
Impostos a recuperar	7	3	5	3	5	Provisão para Desmobilização	11.4	-	-	1.694	2.728
Dividendos a receber		-	686	-	-	ICMS Diferido	11.2	-	-	1.570	1.570
Intangível	11	8.457	8.756	8.457	8.756	Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.556</u>	<u>253.432</u>
Imobilizado	11	-	-	370.310	384.547	Total do Passivo		<u>-</u>	<u>1</u>	<u>261.695</u>	<u>262.283</u>
Investimentos	10	142.430	155.885	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total		<u>150.890</u>	<u>165.332</u>	<u>379.866</u>	<u>393.308</u>	Capital social	16	165.601	165.601	165.601	165.601
						Reservas de lucro	16	-	584	-	584
						Prejuízo Acumulado	16	<u>(13.794)</u>	<u>-</u>	<u>(13.794)</u>	<u>-</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>151.807</u>	<u>166.185</u>	<u>151.807</u>	<u>166.185</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>151.807</u>	<u>166.186</u>	<u>413.502</u>	<u>428.468</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>151.807</u>	<u>166.186</u>	<u>413.502</u>	<u>428.468</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO NORTE II ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	-	-	27.042	44.572
Custo da Operação	18	-	-	(23.607)	(18.773)
LUCRO BRUTO		-	-	3.435	25.799
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(334)	(290)	(1.938)	(1.416)
Outras receitas e despesas	18	-	-	673	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		(334)	(290)	2.170	24.383
Receitas financeiras	19	103	32	3.833	639
Despesas financeiras	19	(6)	(1.535)	(18.041)	(21.876)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(14.141)	3.575	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(14.378)	1.782	(12.038)	3.146
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	9	-	-	(2.340)	(1.588)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(14.378)	1.782	(14.378)	1.558

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO NORTE II ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(14.378)	1.782	(14.378)	1.558
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(14.378)</u>	<u>1.782</u>	<u>(14.378)</u>	<u>1.558</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO NORTE II ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		91.001	-	(1.198)	89.803
Lucro líquido do Exercício		-	-	1.782	1.782
Integralização de Capital Social		74.600	-	-	74.600
Constituição de reserva legal		-	29	(29)	-
Constituição de reserva especial		-	555	(555)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>165.601</u>	<u>584</u>	<u>-</u>	<u>166.185</u>
Prejuízo líquido do Exercício		-	-	(14.378)	(14.378)
Absorção com prejuízos acumulados			(584)	584	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>165.601</u>	<u>-</u>	<u>(13.794)</u>	<u>151.807</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO NORTE II ENERGIA LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício		(14.378)	1.782	(14.378)	1.782
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e Contribuição social		-	-	2.340	1.588
Equivalência Patrimonial		14.141	(3.575)	-	-
Juros sobre a dívida		-	-	17.776	20.164
Despesas Financeiras com Desmobilização	11	-	-	109	66
Amortização Desmobilização	11	-	-	42	102
Depreciação e amortização	11	299	224	13.396	10.032
		62	(1.569)	19.285	33.734
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	77	(2.720)
Impostos a recuperar		(13)	(6)	(104)	63
Outros Créditos		-	-	-	(64)
Despesas antecipadas		-	-	(21)	(352)
Fornecedores		-	-	(329)	(1.285)
Impostos a recolher		(1)	(1)	(700)	(396)
Partes Relacionadas		-	(55.853)	(4)	(55.800)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		48	(57.429)	18.204	(26.820)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	-	(1.524)	(1.138)
Pagamento de juros	13	-	-	(10.933)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADOS PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		48	(57.429)	5.747	(27.958)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(45)	(76.593)
Integralização de capital em Controladas		-	(31.550)	-	(31.550)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-	(31.550)	(45)	(108.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização de Capital		-	74.600	-	106.150
Captação de financiamentos		-	-	-	41.695
Pagamento de financiamentos	13	-	-	(6.181)	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	(1.096)	1.681
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	74.600	(7.277)	149.526
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		48	(14.379)	(1.575)	13.425
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício		849	15.228	31.945	18.520
Caixa e equivalentes de caixa no fim do Exercício		897	849	30.370	31.945

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de R\$, exceto valor nominais das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A Rio Norte II Energia Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Rua Doutor Poty Nobrega, 1946, cidade de Natal/RN, constituída em 4 de fevereiro de 2020.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Grande Energia Renováveis Ltda, que detém 99,99% das ações da companhia. A Rio Norte II é uma controlada da São Fernando IV Energia S.A. a qual detém 100% do seu capital social.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Quotas	% de Participação
Rio Grande Energia Renováveis Ltda	165.600.999	99,99%
Jose Castellanos Ybarra	1	0,01%
	<u>165.601.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto a promoção, a gestão e a administração de sociedades de toda classe, seja através dos órgãos diretivos, seja através da titularidade de ações e/ou de participações, podendo tais operações serem realizadas de forma direta ou indireta; a aquisição e/ou a subscrição de ações ou de participações em sociedades, no Brasil ou no estrangeiro, dedicadas a atividades de caráter empresarial, cujos títulos sejam ou não cotados em bolsa de valores.

A Companhia é controladora da seguinte Sociedade de Propósito Específico (“Grupo”), cujas operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

	Participação em Investidas
	<u>2022</u>
<u>Investida</u>	
Ventos de São Fernando IV Energia S.A	100%



Ventos de São Fernando IV Energia S.A

A Companhia foi constituída em 22 de maio de 2019 e tem por objeto o propósito específico de geração de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, sem constituir-se em Companhia concessionária de serviço público, seu controlador é a Rio Norte II Energia Ltda.

A obra de construção do parque iniciou em 01/07/2020 obedecendo ao cronograma apresentado à ANEEL.

A outorga de autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a contar da data da publicação que é 02/06/2020.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de São Bento do Norte/RN
Leilão de Energia Elétrica Incentivada no Ambiente de Contratação Livre – ACL – CEMIG GT LP 04/2019	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada PD GT 012/2019, datado de 25 de setembro de 2019 com a CEMIG GT	Parque Eólico São Fernando 4, constituído de 24 unidades geradoras de 3.465 kw cada, entrou em operação teste em 29 de dezembro de 2020 e a operação comercial em 30 de março de 2021.

a) Licenças e autorizações

Ventos São Fernando IV

Aguarda publicação da Licença de Operação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 8648, de 2 de junho de 2020, autorizando Ventos de São Fernando IV Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.701.101/0001-49, com sede na Fazenda São Fernando, RN 129, km 9,5, s/n, Zona Rural, no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, estado do Rio Grande do Norte, a implantar e explorar a Central Geradora Eólica – EOL São Fernando IV, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 35 anos a contar da data de publicação no diário Oficial.

1.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido positivo nos montantes de R\$ 917 e R\$ 17.497, respectivamente (R\$ 853 na controladora e R\$ 26.309 e no consolidado em 2021). A Administração não tem



conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

A Controladora é uma Holding e desta forma suas entradas de caixa são originadas substancialmente pelos dividendos recebidos da controlada. A Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia e de sua controlada, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se a obrigações de financiamentos e que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamentos.

Em 2022, os parques da controlada ainda estavam passando por ajustes técnicos de início de operação, o que resultou em períodos com disponibilidade inferior a contratada. Outro ponto importante a ser considerado refere-se ao recurso eólico que nos anos de 2021/2022 foram inferiores à média histórica, de acordo com estudos técnicos de consultoria em engenharia e meteorologia eólica aeroespacial, em decorrência do fenômeno La Niña. Este fenômeno reduziu o potencial eólico na Região Nordeste, uma vez que a velocidade do vento diminuiu devido à mudança na circulação atmosférica. Com os ajustes técnicos que foram efetuados é esperado que em 2023 os parques operem no nível de disponibilidade definida em contrato.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 02 de maio de 2023.



2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos

fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente,

a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Tributação

O regime de tributação da controladora é o Lucro Real, já a controlada adota o regime de apuração de Lucro Presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A controladora e as controladas são optantes de regimes tributários diferentes, lucro real e lucro presumido, respectivamente:

Lucro Real

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Lucro Presumido

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada com base no Lucro Presumido que é determinado em 8% para venda de energia e 32% para prestação de serviço do exercício, conforme legislação fiscal vigente, acrescido das receitas financeiras. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre esse Lucro Presumido com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são

geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11 Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada pelo Grupo é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados aos clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A controlada pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia é inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia é superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.12 Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento,

que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.12.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14 Demonstração do fluxo de caixa

Para demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.15 Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigência:

- (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.

- (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
 - (III) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.
 - (IV) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - (V) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).
 - (VI) Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2);-Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture.
- b) Pronunciamentos já emitidos, entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
- (I) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - (II) Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
 - (III) Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido
 - (IV) Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.



4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2020, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aero geradores e Infraestruturas é de 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável. A Companhia não identificou mudanças nas vidas úteis no exercício de 2022.

4.1.2 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 12 a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota nº 12 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

O Grupo constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como a taxa de desconto, conforme descrito na NE 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4 Impairment

De acordo com a análise realizada, evidenciou-se que os ativos referentes ao parque eólico Ventos de São Fernando IV estão registrados contabilmente por valores que não excedem os seus valores de recuperação. Desta forma, e com base no resultado dos cálculos realizados, se conclui que não há indicação de necessidade de serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque Ventos de São Fernando IV para o ano de 2022.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	-	8	88	44
Aplicações Financeiras	897	841	30.282	31.901
	<u>897</u>	<u>849</u>	<u>30.370</u>	<u>31.945</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
				<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Brasil	RF CP Corpor Ágil	Indefinido	95,15% do CDI a.a	-	-	28.940	31.060
Banco Itau	Soberano RF Simples Fic	Indefinido	99,81% do CDI a.a.	897	841	1.342	841
				<u>897</u>	<u>841</u>	<u>30.282</u>	<u>31.901</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia e serviços, conforme contratos firmados.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cemig geração e transmissão S.A	-	-	2.290	2.124
Kroma comercializadora de energia Ltda	-	-	-	464
Simple Energy Comercializadora de energia Ltda	-	-	350	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	52	181
Conta a Receber de Clientes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.692</u>	<u>2.769</u>

A Administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2022.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pis compensar	-	-	16	-
Cofins compensar	-	-	75	-
IRPJ a compensar	23	10	23	10
	<u>23</u>	<u>10</u>	<u>114</u>	<u>10</u>
Circulante	20	5	111	5
Não Circulante	3	5	3	5

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Em 2022 a Companhia tinha aplicado no Banco do Brasil, conforme segregado abaixo:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Rentabilidade	2022
Banco do Brasil	RF CP CORPOR AGIL	Indefinido	96,00 % do CDI a.a	<u>1.096</u>
				<u>1.096</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O regime de tributação da controladora é o Lucro Real. A despesa com o imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Corrente				
Imposto de renda	-	-	1.640	1040
Contribuição social	-	-	700	548
Total do imposto corrente	-	-	2.340	1.588



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

LUCRO REAL (Controladora)

	Controladora	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reconciliação do IR/CS - Lucro Real		
Resultado antes dos tributos	(14.378)	1.782
Alíquota combinada de impostos	-	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	4.889	(606)
Equivalência Patrimonial	(4.808)	3.575
Outras diferenças permanentes – líquidas	(81)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente	-	-

LUCRO PRESUMIDO (Controlada):

	Controlada	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Bruta	28.123	45.659
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	2.250	3.653
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	3.375	5.479
Outras Receitas	674	-
Receitas Financeiras	3.730	607
Total Base de Cálculo IRPJ	6.654	4.260
Total Base de Cálculo CSLL	7.779	6.086
IRPJ à alíquota 25%	1.640	1.040
CSLL à alíquota 9%	700	548
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.340	1.588

10. INVESTIMENTOS

a) Participação societária nos investimentos

Companhia	País	Percentual (%)	
		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ventos de São Fernando IV Energia S. A	Brasil	100	100



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

b) Controladora

Os investimentos são compostos por:

	Controladora 2022	Controladora 2021
Participação em empresa controlada		
Ventos de São Fernando IV Energia S.A (a)	142.430	155.885
Total dos investimentos	142.430	155.885

Dados da Investida:

Em 31 de dezembro de 2022	Ventos de São Fernando IV Energia S.A
Capital social	153.681
Nº ações	153.681
Participação (%)	100
Prejuízo do exercício	(14.141)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022	142.430
Resultado de participação Investimento	(14.141) 142.430

Em 31 de dezembro de 2021	Ventos de São Fernando IV Energia S.A
Capital social	153.681
Nº ações	153.681
Participação (%)	100
Lucro do exercício	3.575
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021	155.885
Resultado de participação Investimento	3.575 155.885



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial, segue demonstrada abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Saldo Inicial	155.885	121.446
Aporte de Capital	-	31.550
Dividendos a receber	686	(686)
Equivalência patrimonial	(14.141)	3.575
Saldo Final	142.430	155.885

11. IMOBILIZADO E INTAGIVEL

O ativo imobilizado apresenta os saldos da Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Consolidado			
		2022		2021	
		<u>Custo</u>	Depreciação e amortização acumulada	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Operação do sistema:					
Computadores e periféricos	20%	15	(2)	13	-
Móveis e utensílios e Equipamentos	10%	484	(82)	402	420
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	114.219	(6.672)	107.547	111.366
Máquinas e equipamentos	3,33%	277.122	(16.149)	260.973	270.201
Desmobilização		1.519	(144)	1.375	2.560
		<u>393.359</u>	<u>(23.049)</u>	<u>370.310</u>	<u>384.547</u>



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

	Imobilizações em andamento e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias, terrenos e outros	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	77.652	233.369	311.021
Adições	-	32.840	43.753	76.593
Custo dos empréstimos incluídos nos ativos qualificáveis (a)	4.181	-	-	4.181
Transferências	(4.181)	4.181	-	0
Desmobilização	-	4.090	-	4.090
Baixas	-	(1.428)	-	(1.428)
Amortização Desmobilização	-	(102)	-	(102)
Depreciação do exercício	-	(2.887)	(6.921)	(9.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	114.346	270.201	384.547
Adições	-	45	-	45
Baixas desmobilização	-	(1.143)	-	(1.143)
Amortização Desmobilização	-	(42)	-	(42)
Depreciação do exercício	-	(3.869)	(9.228)	(13.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	109.337	260.973	370.310

O intangível da controladora refere-se à aquisição dos Projetos São Fernando IV. A Companhia adquiriu o projeto já em fase avançada, com o objetivo de antecipar a fase de estudos de viabilidade.

O ativo intangível apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
	Intangível	Intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.980	8.980
Amortização	(224)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.756	8.756
Amortização	(299)	(299)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.457	8.457



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

Intangível	Controladora e Consolidado			2021
	2022		Líquido	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ventos São Fernando IV	8.980	(523)	8.457	8.756
	<u>8.980</u>	<u>(523)</u>	<u>8.457</u>	<u>8.756</u>

11.1 Ativos cedidos em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 260.973 em 2022 (R\$ 270.201 em 2021) foram vinculados em garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do Banco do Brasil. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

11.2. ICMS Diferido

O consolidado da Companhia possui ICMS diferido, no valor de R\$ 1.570 referente as operações de aquisição interestaduais, de máquinas e equipamentos, referente ao diferencial de alíquota. Conforme convênio ICMS 109/2014 o valor de ICMS diferido deve ser pago no momento da desincorporação dos bens do ativo imobilizado ou até 31 de dezembro de 2034, o que ocorrer primeiro.

11.3 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Para o ano de 2022, foi realizado a análise do teste de recuperabilidade dos ativos no parque eólico Ventos de São Fernando IV, e de acordo com os resultados obtidos concluiu-se que não há necessidade se serem realizados quaisquer ajustes de Impairment no parque objeto de tal análise.

11.4 Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

Provisão Desmobilização

Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.090
Despesa Financeira	66
Atualização Provisão	<u>(1.428)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.728</u>
Despesa Financeira	109
Atualização de Provisão	<u>(1.143)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.694</u></u>

12. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a pagar a fornecedores	-	-	689	1.017

Trata-se de obrigações com fornecedores o qual serão quitados no prazo máximo de 90 dias.

13. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos representam os valores liberados pelo Banco do Brasil S.A. para a efetivação do projeto Ventos de São Fernando IV, conforme Contrato de Financiamento firmado em 06 de outubro de 2020, registrado em longo prazo. O contrato determina que o início das amortizações se iniciou em 01/10/2022.

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

<u>Instituição financeira</u>	Encargos de <u>juros (a.a.)</u>	<u>Vencimento</u> <u>Final</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
			<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Brasil	FAM (a) x 0,788%	2040	14.713	7.209	242.292	249.134

a) FAM: Fator de Atualização Monetária, derivado da variação do IPCA

Consolidado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

Mapa de Movimentação de Empréstimos		
	2022	2021
Saldo Inicial	256.343	190.303
Adição	-	41.695
Apropriação de Juros	17.776	24.345
Amortização Principal	(6.181)	-
Amortização Juros	(10.933)	-
Saldo Final	257.005	256.343

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2024	14.198
2025	14.198
2026	14.198
2027	14.198
2028 a 2040	185.500
Total	242.292

As garantias apresentadas pela companhia conforme contrato nº 341.502.714, celebrado pelo Banco do Brasil S.A e Ventos de São Fernando IV Energia S/A, reproduzidas abaixo:

- Alienação da totalidade dos aerogeradores relativos ao Projeto, a serem adquiridos, montados e construídos, conforme previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”);

- Alienação fiduciária (a) da totalidade das ações, presentes e futuras, de emissão da FINANCIADA de titularidade dos Acionistas Diretos; (b) quaisquer outras ações que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo tituladas pelos Acionistas Diretos, e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela FINANCIADA, incluindo mas não se limitando a, as ações provenientes do aumento do capital social da FINANCIADA, decorrente do exercício pelo FINANCIADOR das prerrogativas que lhe são outorgadas no Contrato de Compromisso de Suporte, bem como (i) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, (ii) todas as ações que porventura seja atribuídas aos Acionistas Diretos, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista, (iii) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporações, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a FINANCIADA, conforme previstos no contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças a ser celebrado entre a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e FINANCIADOR (o “Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores” e a “Alienação Fiduciária dos Aerogeradores”); e;

- Cessão fiduciária, pela FINANCIADA, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, dos seguintes direitos de sua titularidade, nos termos do contrato de cessão fiduciária de recebíveis a ser celebrado entre a FINANCIADA e o FINANCIADOR (o “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”): (a) o PPA Cemig e seus respectivos aditivos; (b) os direitos creditórios presentes e futuros

provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela FINANCIADA, decorrentes do Projeto; (c) quaisquer outros direitos e/ou receitas presentes e futuros que sejam decorrentes do Projeto, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; (d) quaisquer recursos presentes e futuros que venham a ser depositados nas contas vinculadas a que se refere o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (e) os direitos emergentes das autorizações, presentes e futuros, bem como suas subseqüentes alterações, expedidas pela ANEEL, bem como eventuais resoluções e/ou despachos do MME que venham a ser emitidos, incluindo as suas subseqüentes alterações decorrentes do Projeto; e (f) os direitos creditórios presentes e futuros provenientes dos Contratos de Projeto, inclusive das apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, endossos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela FINANCIADA no âmbito do Projeto (a “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”);

Cláusulas Restritivas:

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas restritivas, que seguem reproduzidas abaixo e caso sejam descumpridas poderão gerar o vencimento antecipado da dívida:

- I) Descumprimento, pela FINANCIADA, pelos Acionistas Diretos e/ou pelo Acionista Indireto de quaisquer das demais obrigações principais ou acessórias constantes no Contrato de Financiamento, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compromisso de Suporte, desde que o descumprimento não seja sanado no prazo de cura aplicável à referida obrigação;
- II) Caso a FINANCIADA, os Acionistas Diretos e/ou o Acionista Indireto questione judicialmente o contrato de financiamento ou qualquer dos Contratos de Garantia ou o Contrato de Compromisso de Suporte;
- III) Se o contrato de financiamento, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecutável(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito o contrato de financiamento ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- IV) Se o contrato de financiamento, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compromisso de Suporte e/ou qualquer disposição destes, for(em) revogado(s), declarado(s) nulo(s), tornar(em)-se inexecutável(is) ou deixar(em) de estar em pleno efeito ou vigor conforme decisão judicial de exigibilidade imediata, em cada caso, de modo que comprometa ou deteriore os direitos do FINANCIADOR, no âmbito o contrato de financiamento ou, ainda, caso qualquer dos instrumentos listados acima sejam rescindidos;
- V) Caso a FINANCIADA desvie, no todo ou em parte, a utilização dos ativos dados em garantia em relação à finalidade do Projeto;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

- VI) Atraso ou alteração no Cronograma Físico-Financeiro do Projeto que afete a capacidade da FINANCIADA de cumprir com suas obrigações pecuniárias decorrentes do contrato de financiamento;
- VII) Não realização tempestiva de aportes previstos no Contrato de Compromisso de Suporte pelo Acionista Indireto;
- VIII) Redução do capital da FINANCIADA sem a prévia anuência do FINANCIADOR, exceto nas seguintes hipóteses: (I) Se antes do Completion Financeiro (conforme definido abaixo) incluindo o período de construção: a) caso a FINANCIADA esteja adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes do contrato de financiamento e dos Contratos de Garantia; (b) desde que o Patrimônio Líquido da FINANCIADA represente, no mínimo, 31% do seu Ativo Total, comprovado por meio de demonstrações financeiras publicadas, auditada e com notas explicativas, ou assinadas por representante legal e contador no CRC; e (c) inexistência de Funding Gap; e (II) se após o Completion Financeiro: os itens (I) (a), (b) e (c) acima estejam sendo observados e o ICSD Mínimo tenha sido observado nos 12(doze) meses anteriores ao mês de apuração;
- IX) Não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão ou extinção das autorizações/concessões, alvarás, licenças, inclusive ambientais, necessárias para a construção e funcionamento do Projeto, exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser questionadas na esfera judicial ou administrativa com obtenção de efeito suspensivo, ou ainda, aquelas em processo tempestivo de obtenção ou renovação;
- X) Não manutenção da regularidade e vigilância das apólices de seguros exigidas no âmbito do Projeto, que deverão indicar o FINANCIADOR como beneficiário;
- XI) Contratação /assunção de novas dívidas pela FINANCIADA, inclusive no mercado de capitais, sem a prévia aprovação do FINANCIADOR, exceto: a) se o montante individual ou agregado, por ano e de forma não cumulativa, for igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00(cinco milhões de reais), e desde que os recursos obtidos sejam utilizados na manutenção das atividades operacionais da FINANCIADA;
- XII) Distribuição pela FINANCIADA de recursos na forma de dividendos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro e outras remunerações, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda 25% do lucro líquido de cada período, salvo se (i) prévia e expressamente autorizado pelo FINANCIADOR; ou (ii) houver atingido o Completion Físico e se mantiver nas condições definidas como Completion Financeiro (“Distribuições Permitidas”).
- XIII) Não realização de Depósito Complementar da Conta Reserva (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), caso não seja atingido o ICSD Mínimo.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 11 e 5, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 13).

14.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Dívida (a)	257.005	256.343
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	31.466	31.945
Dívida líquida	225.539	224.398
Patrimônio líquido (c)	151.807	166.185
Índice de endividamento líquido	1,49	1,35

(a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 13.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

14.2 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Ativos Financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e Equivalente de Caixa	2	897	849	30.370	31.945
Aplicações financeiras vinculadas	2	-	-	1.096	-
<u>Custo Amortizado</u>					
Contas a Receber Geração de Energia		-	-	2.692	2.769



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

Total dos ativos financeiros	897	849	34.158	34.714
Passivos Financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	-	-	689	1.017
Financiamentos	-	-	257.005	256.343
Partes Relacionadas	-	-	49	53
Total dos passivos financeiros	-	-	257.743	257.413

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

14.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

14.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros projetados.

Consolidado

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2022
Passivos						
Fornecedores	689	-	-	-	-	689
Partes Relacionadas e dividendos	49	-	-	-	-	49
Impostos a Recolher	249	-	-	-	-	249
Financiamentos	13.831	13.831	26.399	68.900	235.097	358.058
	14.818	13.831	26.399	68.900	235.097	359.045

14.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

14.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

14.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A controlada da Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e CDI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

14.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	Varição de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	31.466
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda na Remuneração	(1.946)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Financiamento	257.005
	Taxa anual estimada de 2023 IPCA + 0,788%	5,89%
	Efeito anual no Financiamento	2,55%
	Perda	(6.554)

14.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

14.10. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

15. DIREITOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a CPC06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, são reconhecidos como despesa no exercício:

	2022	2021
Despesa com Arrendamento	422	588



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 165.601, é representado por 165.601.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1 Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2022 houve a absorção dos saldos de reserva legal com saldo de prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de Lucros:

Em 2022 não houve destinação devido ao prejuízo no exercício.

17. RECEITA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta				
Venda de energia	-	-	28.069	46.238
Deduções da Receita:				
Impostos sobre vendas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(1.666)</u>
Receita líquida	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>27.042</u></u>	<u><u>44.572</u></u>



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

18. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesa Classificada por função	-	-	-	-
Custo da Operação	-	-	(23.607)	(18.773)
Gerais e Administrativas	(334)	(290)	(1.938)	(1.416)
Outras receitas e despesas	-	-	673	-
Total	(334)	(290)	(24.872)	(20.189)
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	-	-	(5.127)	(3.684)
Encargos Uso do Sistema e Produção	-	-	(4.919)	(4.367)
Arrendamentos	-	-	(422)	(588)
Depreciação	(299)	(224)	(13.438)	(10.134)
Prêmios de Seguro	-	-	(726)	(550)
Despesa Legais e Cartório	-	(2)	-	(15)
Impostos e Taxas	-	(3)	(110)	(73)
Outras Despesas Administrativas	(1)	(31)	269	(462)
Despesa com Serviços Profissionais	(34)	(30)	(398)	(316)
Total	(334)	(290)	(24.872)	(20.189)

19. RECEITA (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas aplicações financeiras	103	32	3.833	639
Receitas financeiras	103	32	3.833	639
Juros sobre a dívida	-	(1.408)	(17.776)	(21.572)
Despesa Financeira com Desmobilização	-	-	(109)	(66)
IOF	-	-	(17)	-
Outros	(6)	(127)	(139)	(238)
Despesas financeiras	(6)	(1.535)	(18.041)	(21.876)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos

a. Transações comerciais

Valores a pagar para partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Elecnor do Brasil Ltda	-	-	-	5
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	-	-	49	53
Totais	-	-	49	58

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado		
Custo da Operação	-	-
Aquisições Serviços	-	-
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	562	913
Elecnor do Brasil Ltda	542	147
Totais	1.104	1.060

a) Contrato de mútuo firmado no dia 26 de novembro de 2020, com atualização de juros remuneratórios equivalentes à CDI +1,70% a.a. e vencimento é de 365 dias.

21. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022 e 2021 - Rio Norte II Energia Ltda e Controlada

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos		
Encargos de Transmissão	432	385
Arrendamentos	40	40
Nordex	363	334
Total	835	759

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.